

***CONTAS DE  
GOVERNO  
MUNICIPAL***

***RIO CLARO***

***2021***

***Relatora  
Conselheira Substituta  
ANDREA SIQUEIRA MARTINS***

## Sumário

<b>A)</b>	<b>RELATÓRIO</b>	4
<b>B)</b>	<b>VOTO</b>	7
1	INTRODUÇÃO	7
2	ASPECTOS FORMAIS	7
2.1	PRAZO DE ENVIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	7
2.2	RELATÓRIOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	8
2.3	CONSOLIDAÇÃO	8
3	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	9
3.1	ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	9
3.1.1	AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	9
3.1.2	AUTORIZADOS PELA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)	10
3.1.3	AUTORIZADOS POR LEIS ESPECÍFICAS	11
3.1.4	DOS CRÉDITOS ADICIONAIS EXTRAORDINÁRIOS	11
3.1.5	FONTES DE RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	11
3.1.6	ORÇAMENTO FINAL	12
3.2	RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	13
3.2.1	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	13
3.2.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	13
3.2.3	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	14
3.3	RESTOS A PAGAR	14
3.4	METAS FISCAIS	15
4	GESTÃO FINANCEIRA	16
5	GESTÃO PATRIMONIAL	16
5.1	DO BALANÇO PATRIMONIAL	17
5.2	RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	17
5.3	SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA	18
6	SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	18
6.1	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	18
6.2	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	19
6.3	DOS PARCELAMENTOS DOS DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	20
6.4	CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA	20
6.5	DA AVALIAÇÃO ATUARIAL	21

7	LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.....	21
7.1	DÍVIDA PÚBLICA .....	21
7.2	DESPESAS COM PESSOAL.....	22
7.3	GASTOS COM EDUCAÇÃO.....	22
7.3.1	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO .....	25
7.3.2	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB.....	26
7.3.3	FUNDEB.....	27
7.3.3.1	APLICAÇÃO MÍNIMA LEGAL (90%).....	27
7.3.3.2	PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (70%) .....	29
7.3.3.3	DA APLICAÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT .....	30
7.3.3.4	RESULTADO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (2022).....	30
7.4	GASTOS COM SAÚDE.....	32
7.5	REPASSE FINANCEIRO PARA O LEGISLATIVO .....	33
7.5.1	VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (ART. 29-A, § 2º, INCISO I).....	33
7.5.2	VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ORÇAMENTO FINAL DA CÂMARA (ART. 29-A, § 2º, INCISO III) .....	34
8	DEMAIS ASPECTOS RELEVANTES .....	34
8.1	ROYALTIES .....	34
8.1.1	RECEITAS.....	35
8.1.2	DESPESAS .....	35
8.1.3	DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS <i>ROYALTIES</i> CONFORME LEI FEDERAL Nº 12.858/13.....	37
8.2	TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL .....	40
8.3	ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL - IEGM .....	41
8.4	EDITAIS.....	41
8.5	CONCESSÃO.....	42
9	CONTROLE INTERNO .....	43
10	CONCLUSÃO.....	44
	<b>RECOMENDAÇÕES:</b> .....	<b>48</b>

VOTO GCS-2 – PROCESSO ELETRÔNICO

/2023

## A) RELATÓRIO

<b>PROCESSO:</b>	<b>TCE-RJ N.º 210.777-3/22</b>
<b>ORIGEM:</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO</b>
<b>ASSUNTO:</b>	<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL</b>

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL. RETORNO DE DECISÃO MONOCRÁTICA. EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021. RESSALVAS, DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES. COMUNICAÇÃO AO ATUAL TITULAR, COMUNICAÇÃO AO CONTROLE INTERNO. COMUNICAÇÃO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. ARQUIVAMENTO.

Trata o presente processo da **Prestação de Contas de Governo do Município de Rio Claro**, relativa ao **Exercício de 2021**, que abrange as contas do Poder Executivo, de responsabilidade do **Sr. José Osmar de Almeida**, Prefeito do Município.

### MANIFESTAÇÃO DO CORPO INSTRUTIVO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Corpo Instrutivo, representado pela Coordenadoria Setorial de Contas de Governo Municipal – CSC - Municipal, em instrução datada de 24.10.2022, sugere a emissão de Parecer Prévio **Contrário** à aprovação das Contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Rio Claro, Sr. José Osmar de Almeida, em face da seguinte irregularidade:

---

### **“IRREGULARIDADE Nº 1**

A conta do Fundeb não apresentou saldo suficiente para cobrir o montante dos recursos do Fundo não aplicados no exercício, não atendendo, dessa forma, ao disposto no artigo 25 c/c o artigo 29, inciso I da Lei Federal n.º 14.113/20.”

A Subsecretaria de Controle de Contas e Gestão Fiscal – SUB-CONTAS e a Secretaria Geral de Controle Externo – SGE coadunam-se com a proposição da CSC - Municipal.

O Ministério Público de Contas, representado pelo Procurador-Geral Henrique Cunha de Lima, em sua oitiva, datada de 10.11.2022, manifesta-se, de igual modo, pela emissão de parecer prévio Contrário à aprovação das Contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Rio Claro, efetuando, ainda, a seguinte alteração em relação às proposições da instância Instrutiva:

- foi acrescida uma Improriedade referente ao não atendimento às exigências estabelecidas no artigo 126 da Constituição Estadual c/c o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00.

Cumpre-me registrar que, em atendimento ao determinado no § 1º do art. 45 do Regimento Interno desta Corte, através de decisão por mim proferida em 16.11.2022, o Sr. José Osmar de Almeida, Prefeito do Município de Rio Claro, foi comunicado para que, se assim entendesse, apresentasse manifestação.

O referido responsável, por meio do Doc. TCE-RJ nº 027.376-0/2022, encaminhou manifestação, a qual foi devidamente examinada pelo Corpo Instrutivo e pelo Ministério Público de Contas.

---

O Corpo Instrutivo e o Ministério Público de Contas, mediante as análises da defesa apresentada, concluíram que os elementos trazidos foram suficientes para elidir a irregularidade inicialmente apontada, concluindo, assim, pela emissão de Parecer Prévio **Favorável**.

As referidas manifestações serão analisadas em tópico próprio do meu Voto.

**É o Relatório.**

## **B) VOTO**

### **1 INTRODUÇÃO**

A Constituição da República de 1988 previu, em seu artigo 70, parágrafo único, o dever de prestar contas a todos aqueles que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem recursos públicos. A obrigação prevista constitucionalmente vai ao encontro do conceito de *accountability*, termo oriundo da língua inglesa relacionado aos deveres de transparência, ética e responsabilidade, acometidos àqueles que desempenham importantes funções na sociedade.

Por outro turno, a Carta Magna atribuiu aos Tribunais de Contas a competência para efetuar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública direta e indireta.

Nesta esteira, a Constituição Estadual de Rio de Janeiro, em seu art. 125, incisos I e II, confere a este Tribunal de Contas a competência para apreciar anualmente as contas de governo dos municípios, com vistas à emissão de Parecer Prévio, a ser encaminhado, posteriormente, ao Poder Legislativo para julgamento.

### **2 ASPECTOS FORMAIS**

#### **2.1 PRAZO DE ENVIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A presente Prestação de Contas de Governo foi encaminhada intempestivamente em 18.04.2022, haja vista que a sessão legislativa de 2022 foi inaugurada em 15.02.2022. Todavia, como o prazo findou em dia não útil, entendo por relevar a intempestividade.

## **2.2 RELATÓRIOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

Registro que foram encaminhados a esta Corte todos os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo os mesmos já sido submetidos à apreciação plenária, conforme demonstrado na tabela a seguir:

<b>RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO</b>		
<b>Processo TCE/RJ</b>	<b>Descrição</b>	<b>Situação</b>
214.465-0/22	6º Bimestre	Comunicação e Arquivamento
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF</b>		
<b>Processo TCE/RJ</b>	<b>Descrição</b>	<b>Situação</b>
217.551-4/21	1º quadrimestre	Comunicação e Arquivamento
240.410-1/21	2º quadrimestre	Comunicação e Arquivamento
214.462-8/22	3º quadrimestre	Comunicação e Arquivamento

## **2.3 CONSOLIDAÇÃO**

As demonstrações contábeis, que compõem a presente prestação de contas de governo, foram encaminhadas de forma consolidada, conforme preconiza o artigo 2º da Deliberação TCE-RJ nº 285/18.

### **3      GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

A Lei do Orçamento Anual nº 1.015, de 27/10/2020, aprovou o orçamento geral do Município de Rio Claro para o exercício de 2021, estimando a receita no valor de R\$121.687.452,46 e fixando a despesa em igual valor, sendo posteriormente alterada pelas Leis Municipais n.ºs 1.085, de 20/10/2021, e 1.106, de 20/12/2021 (Peças 05 e 120).

#### **3.1      ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

##### **3.1.1      AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS**

De acordo com o artigo 5º da Lei do Orçamento Anual – LOA, no exercício de 2021, o Poder Executivo foi autorizado a proceder às seguintes alterações orçamentárias:

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias dos Orçamentos Fiscal e o da Seguridade Social, tendo por limite a utilização de recursos decorrentes de:

I - cancelamento de recursos fixados nesta Lei, até o limite de 52% (cinquenta e dois por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, por transposição, remanejamento ou transferência integral ou parcial de dotações, inclusive entre unidades orçamentárias distintas, criando, se necessário, os grupos de despesa relativas a “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, respeitadas as disposições constitucionais e os termos da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

II - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

III – excesso de arrecadação, eventualmente apurado durante o exercício financeiro, nos termos do art. 43, § 1º, incisos 3º e 4º, da Lei Federal n.º 4.320/64;

IV – operações de crédito autorizadas e/ou contratada durante o exercício.

Dessa forma, o Poder Legislativo da municipalidade autorizou o Chefe do

Executivo a proceder à abertura, no exercício de 2021, de suplementações orçamentárias no montante de 52% (cinquenta e dois por cento) da despesa fixada no exercício de 2021, no valor de R\$121.687.452,46, ou seja, foi autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares no total de R\$63.277.475,28.

Destaco o quadro demonstrativo dos cálculos, elaborado pela Especializada:

Descrição	Valor - R\$
Total da despesa fixada	<b>121.687.452,46</b>
Limite para abertura de créditos suplementares <b>52,00%</b>	<b>63.277.475,28</b>

Fonte: Lei dos Orçamentos Anuais – Peças 04 e 120.

**Nota:** o limite de 52,00% (cinquenta e dois por cento) do total da despesa fixada ficou restrito apenas aos créditos abertos com a fonte anulação de dotações, restando evidenciada a inexistência de limite de alterações para créditos abertos com as demais fontes.

Considerando que o percentual de autorização para abertura de créditos adicionais suplementares estabelecidas na LOA demonstram um grau de liberdade de movimentação das dotações orçamentárias que podem levar a um orçamento totalmente descolado do orçamento aprovado inicialmente, entendo por incluir, em minha conclusão, **RECOMENDAÇÃO** para que sejam observados os princípios orçamentários aplicáveis ao tema, a fim de que se consignem percentuais autorizativos razoáveis, que permitam ajustes ao longo do exercício orçamentário sem descaracterizar o orçamento inicialmente aprovado.

### **3.1.2 AUTORIZADOS PELA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)**

Com base na relação dos créditos adicionais abertos apresentada pelo município, a Especializada elaborou o quadro a seguir reproduzido, onde são evidenciadas as alterações orçamentárias ocorridas no exercício de 2021, autorizadas pela LOA.

SUPLEMENTAÇÕES			
Alterações	Fonte de recursos	Anulação	38.975.244,35
		Excesso - Outros	17.672.536,92
		Superávit	5.529.696,52
		Convênios	0,00
		Operação de crédito	0,00
(A) Total das alterações			62.177.477,79
(B) Créditos não considerados (exceções previstas na LOA)			23.202.233,44
(C) Alterações efetuadas para efeito de limite = (A – B)			38.975.244,35
(D) Limite autorizado na LOA			63.277.475,28
(E) Valor total dos créditos abertos acima do limite = (C – D)			0,00

Fonte: Lei dos Orçamentos Anuais – Peças 04 e 120 e Relação de Créditos Adicionais – Modelos 3 e 4 – Peça 157 (fls.13/38).

**Nota:** No item B – créditos não considerados (exceções previstas na LOA) - foram considerados os valores dos créditos suplementares abertos nas fontes Superávit e Excesso de Arrecadação.

Conclui-se, da análise do quadro anterior, que a abertura de créditos adicionais se encontra dentro do limite estabelecido pela LOA, observando-se, portanto, o preceituado no inciso V, do artigo 167, da Constituição Federal.

### 3.1.3 AUTORIZADOS POR LEIS ESPECÍFICAS

Na Relação dos Créditos Adicionais com base em Leis Específicas – (Peça 137), verifica-se que a abertura de créditos adicionais se encontra dentro do limite estabelecido nas leis autorizativas, observando o preceituado no inciso V, artigo 167, da Constituição Federal.

### 3.1.4 DOS CRÉDITOS ADICIONAIS EXTRAORDINÁRIOS

Não foram abertos créditos adicionais extraordinários.

### 3.1.5 FONTES DE RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

No exame realizado pela Especializada, foi apurado que o somatório dos recursos financeiros existentes e disponíveis, em 31.12.2021, foi suficiente para suportar o total das despesas executadas no exercício, nestas já consideradas as despesas incluídas por meio da abertura de créditos adicionais, conforme demonstrado na tabela seguinte:

RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO (EXCETO RPPS)	
Natureza	Valor - R\$
I - Superávit do exercício anterior	0,00
II - Receitas arrecadadas	124.955.655,24
<b>III - Total das receitas disponíveis (I+II)</b>	<b>124.955.655,24</b>
IV - Despesas empenhadas	116.471.821,97
V - Aporte financeiro (extraorçamentário) ao instituto de previdência	0,00
<b>VI - Total das despesas realizadas (IV+V)</b>	<b>116.471.821,97</b>
<b>VII - Resultado alcançado (III-VI)</b>	<b>8.483.833,27</b>

Fonte: Prestação de Contas de Governo do exercício anterior, Processo TCE-RJ n.º 219.405-3/21; Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 142 e Anexo 11 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 17, Anexo 12 do RPPS da Lei Federal n.º 4.320/64 - Peça 53 e Balanço financeiro do RPPS – Peça 54.

**Nota:** no resultado alcançado são consideradas as receitas arrecadadas e despesas empenhadas (excluída a movimentação orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), bem como os repasses financeiros (extraorçamentários) transferidos para o Instituto com vistas à cobertura de déficit financeiro.

### 3.1.6 ORÇAMENTO FINAL

Considerando as alterações orçamentárias já analisadas nos tópicos precedentes, chegou-se a um Orçamento Final no valor de R\$159.471.766,66, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
(A) Orçamento inicial	121.687.452,46
(B) Alterações:	77.882.339,38
Créditos extraordinários	0,00
Créditos suplementares	62.177.477,79
Créditos especiais	15.704.861,59
(C) Anulações de dotações	40.098.025,18

(D) Orçamento final apurado (A + B - C)	159.471.766,66
(E) Orçamento registrado no comparativo da despesa autorizada com a realizada consolidado – Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64	159.471.766,66
<b>(F) Divergência entre o orçamento apurado e os registros contábeis (D - E)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Relação de Créditos Adicionais, Modelos 3 e 4 – Peça 157 (fls. 13/38) e Anexo 11 Consolidado da Lei n.º 4.320/64, Peça 17.

Conforme quadro acima, o valor do orçamento final apurado guarda paridade com o registrado no Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64.

### 3.2 RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 3.2.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A execução orçamentária, em 31.12.2021, apresentou um resultado superavitário, conforme se demonstra:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO			
Natureza	Consolidado	Regime próprio de previdência	Valor sem o RPPS
Receitas Arrecadadas	148.160.898,80	23.205.243,56	124.955.655,24
Despesas Realizadas	130.134.819,86	13.662.997,89	116.471.821,97
<b>Superávit Orçamentário</b>	<b>18.026.078,94</b>	<b>9.542.245,67</b>	<b>8.483.833,27</b>

Fonte: Anexo 10 Consolidado – Peça 142, Balanço Orçamentário Consolidado – Peça 18, e Balanço Orçamentário do RPPS – Peça 53.

#### 3.2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

A Receita Arrecadada no exercício foi superior à previsão atualizada, ocorrendo, portanto, um excesso de arrecadação no valor de R\$26.473.446,34, o que significa um acréscimo de 21,76 pontos percentuais em relação ao total da arrecadação prevista.

ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO			
Natureza	Previsão Atualizada R\$	Arrecadação R\$	Saldo
			R\$ Relatora
			Percentual

Receitas correntes	110.542.790,46	136.405.393,24	25.862.602,78	23,40%
Receitas de capital	100.000,00	0,00	-100.000,00	-100,00%
Receita intraorçamentária	11.044.662,00	11.755.505,56	710.843,56	6,44%
<b>Total</b>	<b>121.687.452,46</b>	<b>148.160.898,80</b>	<b>26.473.446,34</b>	<b>21,76%</b>

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 142.

**Nota:** nos valores das receitas já foram consideradas as devidas deduções.

A Especializada rememora ainda os resultados das auditorias na gestão tributária realizadas em exercícios pretéritos, tendo identificado diversas falhas pendentes de regularização. Tal fato será objeto de **COMUNICAÇÃO** na conclusão do meu Voto.

### 3.2.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Ao se comparar a Despesa Autorizada Final (R\$159.471.766,66) com a Despesa Realizada no exercício (R\$130.134.819,86) tem-se uma realização correspondente a 81,60% dos créditos autorizados, gerando uma economia orçamentária de R\$29.336.946,80, conforme demonstrado a seguir:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA							
Natureza	Inicial - R\$ (A)	Atualizada - R\$ (B)	Empenhada - R\$ (C)	Liquidada - R\$ (D)	Paga - R\$ (E)	Percentual empenhado (C/B)	Economia orçamentária (B-C)
Despesas Correntes	109.553.173,46	136.605.138,65	113.925.805,35	111.276.083,00	109.215.193,94	83,39%	22.679.333,30
Despesas de Capital	12.134.279,00	22.866.628,01	16.209.014,51	13.955.370,32	13.883.929,40	70,88%	6.657.613,50
<b>Total das despesas</b>	<b>121.687.452,46</b>	<b>159.471.766,66</b>	<b>130.134.819,86</b>	<b>125.231.453,32</b>	<b>123.099.123,34</b>	<b>81,60%</b>	<b>29.336.946,80</b>

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Peça 18.

### 3.3 RESTOS A PAGAR

A tabela abaixo demonstra que houve cancelamentos de restos a pagar

processados e não processados liquidados no valor de R\$1.120.565,58, cuja obrigação já fora cumprida pelo credor, o que caracteriza, a princípio, a ilegalidade desses cancelamentos, conforme previsto nos artigos 62 e 63 da Lei Federal n.º 4.320/64. Todavia, os cancelamentos se referem à contribuição patronal dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Rio Claro, que foram incluídos no Termo de Acordo de Parcelamentos e Confissão de Débitos Previdenciários, bem como a uma tarifa bancária referente a dezembro de 2020 no valor de R\$534,35, liquidada em duplicidade, justificando, desta forma, os referidos cancelamentos.

	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31/12/2020				
Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	6.055.250,22	1.083.404,17	-	1.139.328,49	1.120.565,58	4.878.760,32
Restos a Pagar Não Processados	6.711.144,58	5.659.602,90	2.905.774,67	2.816.107,91	1.580.227,59	7.974.411,98
<b>Total</b>	<b>12.766.394,80</b>	<b>6.743.007,07</b>	<b>2.905.774,67</b>	<b>3.955.436,40</b>	<b>2.700.793,17</b>	<b>12.853.172,30</b>

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Peça 18.

### 3.4 METAS FISCAIS

Apresento, a seguir, quadro contendo as metas em valores correntes e as respectivas execuções previstas no exercício financeiro de 2021, nos termos dispostos da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 59, inciso I):

Descrição	Anexo de metas (Valores correntes)	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal	Atendido OU Não atendido
Receitas	124.729.640,00	148.160.899,80	
Despesas	124.729.640,00	130.134.819,80	
Resultado primário	8.824.518,00	25.559.683,60	Atendido
Resultado nominal	-3.201.868,00	32.015.323,00	Atendido
Dívida consolidada líquida	8.851.544,04	8.136.085,50	Atendido

Fonte: LDO – Peça 3 (fl. 14), Anexos 1 e 6 do RREO 6º bimestre (Processo TCE-RJ n.º 214.465-0/22), e Anexo 2 do RGF do 3º Quadrimestre (Processo TCE-RJ n.º 214.462-8/22).

Verifica-se, no quadro anterior, que o Município de Rio Claro cumpriu as metas estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

#### 4 GESTÃO FINANCEIRA

O Município de Rio Claro alcançou o equilíbrio financeiro necessário ao atendimento do §1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00, apresentando um *superavit* financeiro da ordem de R\$72.071,08, excluindo os recursos da Câmara Municipal e os valores relativos ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme evidenciado no quadro a seguir:

APURAÇÃO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO				
Descrição	Consolidado (A)	Regime Próprio de Previdência (B)	Câmara Municipal (C)	Valor considerado (D) = (A-B-C)
Ativo financeiro	110.525.444,31	87.959.228,60	0,00	22.566.215,71
Passivo financeiro	22.558.514,18	64.369,55	0,00	22.494.144,63
<b>Superavit Financeiro</b>	<b>87.966.930,13</b>	<b>87.894.859,05</b>	<b>0,00</b>	<b>72.071,08</b>

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Peça 143, Balanço Patrimonial do RPPS – Peça 145 e Balanço Patrimonial da Câmara – Peça 35.

**Nota 1:** no último ano do mandato serão considerados na apuração do superávit/déficit financeiro eventuais ajustes, tais como: anulação de despesas e cancelamento de restos a pagar indevidos, bem como dívidas firmadas nos dois últimos quadrimestres. Tais ajustes são necessários à avaliação das normas estabelecidas pela LRF ao final do mandato, com destaque para o artigo 1º c/c o artigo 42, em conformidade com as análises realizadas por este Tribunal nas prestações de contas de término de gestão relativas aos exercícios de 2008, 2012, 2016 e 2020;

**Nota 2:** foi considerado no Ativo Financeiro Consolidado o valor registrado na conta 'Caixa e Equivalente de Caixa' (R\$ 110.503.425,83) e 'Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo' (R\$ 22.018,48), no total de R\$ 110.525.441,31, conforme Balanço Patrimonial Consolidado e confirmado no Balancete Contábil Analítico (Peça 27, fls. 01 e 10).

**Nota 3:** no Passivo Financeiro Consolidado foram considerados os valores das Consignações e DDO (R\$ 2.669.645,36), dos restos a pagar de anos anteriores (R\$ 12.853.172,30) e restos a pagar do exercício (R\$ 7.035.696,52) evidenciados no Anexo 17 da Lei n.º 4.320/64 Consolidado.

#### 5 GESTÃO PATRIMONIAL

## 5.1 DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial Consolidado referente ao exercício registrou os seguintes saldos:

Ativo		Passivo	
Especificação	Exercício atual	Especificação	Exercício atual
Ativo circulante	146.058.653,22	Passivo circulante	18.673.646,88
Ativo não circulante	97.177.563,30	Passivo não circulante	168.378.501,51
Ativo Realizável a Longo Prazo	33.537.863,64		
Investimentos	61.938,53	Patrimônio líquido	
Imobilizado	63.577.761,13	Total do PL	56.184.068,13
Intangível	0,00		
<b>Total geral</b>	<b>243.236.216,52</b>	<b>Total geral</b>	<b>243.236.216,52</b>
Ativo financeiro	110.525.444,31	Passivo financeiro	22.558.514,18
Ativo permanente	132.710.772,21	Passivo permanente	177.278.982,44
<b>Saldo patrimonial</b>			<b>43.398.719,90</b>

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Peça 143.

## 5.2 RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O resultado patrimonial do Município de Rio Claro, relativo ao exercício de 2021, pode ser assim demonstrado:

Descrição	Valor - R\$
Variações patrimoniais aumentativas	184.155.754,51
Variações patrimoniais diminutivas	179.548.574,97
<b>Resultado patrimonial de 2021 – Superávit</b>	<b>4.607.179,54</b>

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Peça 22.

### 5.3 SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA

A situação patrimonial líquida do município apurada abaixo, em confronto com a registrada no Balanço Patrimonial, apresenta a seguinte inconsistência:

Descrição	Valor - R\$
Patrimônio líquido (saldo do balanço patrimonial do exercício anterior)	50.832.298,18
Resultado patrimonial do exercício– Superávit	4.607.179,54
(+) Ajustes de exercícios anteriores	376.387,63
<b>Patrimônio líquido – exercício de 2021</b>	<b>55.815.865,35</b>
<b>Patrimônio líquido registrado no balanço do exercício</b>	<b>56.184.068,13</b>
<b>Diferença</b>	<b>-368.202,78</b>

Fonte: Prestação de Contas de Governo do exercício anterior – Processo TCE-RJ n.º 219.405-3/21, quadro anterior e Balanço Patrimonial Consolidado – Peça 143.

A divergência entre o valor do Patrimônio Líquido apurado e aquele registrado no Balanço será motivo de **RESSALVA** e **DETERMINAÇÃO** ao final do meu Voto.

## 6 SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

### 6.1 RESULTADO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS

O RPPS do município de Rio Claro apresentou, em 2021, um resultado orçamentário superavitário da ordem de R\$9.542.245,67, conforme destacado a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
Receitas previdenciárias	23.205.243,56
Despesas previdenciárias	13.662.997,89

Relatora  
Conselheira Substituta  
**ANDREA SIQUEIRA MARTINS**

<b>Superávit</b>	<b>9.542.245,67</b>
------------------	---------------------

Fonte: Balanço Orçamentário do RPPS – Peça 53.

**Nota:** incluídas as receitas e despesas intraorçamentárias

## 6.2 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Conforme destacado no quadro a seguir, verifica-se que o município de Rio Claro vem efetuando regularmente o repasse das contribuições retidas dos servidores e da contribuição patronal para o RPPS, de acordo, portanto, com o estabelecido no inciso II, do artigo 1º, da Lei Federal nº 9.717/98.

Contribuição	Valor Devido	Valor Repassado	Diferença
Do Servidor	4.679.328,89	4.679.328,89	0,00
Patronal	5.977.418,87	5.977.418,87	0,00
<b>Total</b>	<b>10.656.747,76</b>	<b>10.656.747,76</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias ao RPPS - Peça 157 (fls. 140 e 141).

**Nota:** os valores das contribuições referem-se a todas as unidades gestoras, exceto Câmara Municipal.

De igual modo, com relação ao RGPS, constata-se, da análise do quadro seguinte, que o Município de Rio Claro vem efetuando regularmente o repasse para o RGPS das contribuições previdenciárias:

Contribuição	Valor Devido	Valor Repassado	Diferença
Do Servidor	746.450,92	746.450,92	0,00
Patronal	2.611.081,53	2.611.072,53	9,00
<b>Total</b>	<b>3.357.532,45</b>	<b>3.357.523,45</b>	<b>9,00</b>

Fonte: Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias ao RGPS - Peça 157 (fls. 143 e 144).

**Nota:** os valores das contribuições referem-se a todas as unidades gestoras, exceto Câmara Municipal.

### 6.3 DOS PARCELAMENTOS DOS DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Conforme destacado no quadro a seguir, verifica-se que o município de Rio Claro vem efetuando regularmente os pagamentos referentes aos termos de parcelamentos dos débitos previdenciários junto ao RPPS:

#### DEMONSTRATIVO REFERENTE AOS TERMOS DE PARCELAMENTO JUNTO AO RPPS

Número do Termo de Parcelamento	Data da Pactuação	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Devido no Exercício em Análise (R\$) (A)	Valor Recebido no Exercício em Análise (R\$) (B)	Valor que Deixou de Ser Repassado no Exercício (R\$) (C=A-B)
1035/2016	14/12/2016	1.212.323,61	404.107,80	404.107,80	0,00
0311/2017	22/03/2017	593.022,74	207.557,91	207.557,91	0,00
1508/2017	01/11/2017	9.875.107,14	1.035.206,34	1.035.206,34	0,00
1692/2017	01/11/2017	7.941.051,54	794.105,20	794.105,20	0,00
1693/2017	06/11/2017	3.745.453,60	374.545,40	374.545,40	0,00
1694/2017	06/11/2017	38.601,33	3.860,20	3.860,20	0,00
0896/2018	05/07/2018	2.820.669,68	987.234,36	987.234,36	0,00
0417/2020	17/09/2020	3.527.290,14	705.458,04	705.458,04	0,00
0079/2021	15/01/2021	5.039.580,36	1.007.918,12	1.007.918,12	0,00

Fonte: Demonstrativo dos Termos de Parcelamentos das Contribuições Previdenciárias junto ao RPPS – Peça 157 (fl. 139).

### 6.4 CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

A Especializada, em seu exame inicial, procedeu à verificação quanto à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária, estabelecido pelo Decreto Federal nº 3.788/01, da seguinte forma:

“O Decreto Federal n.º 3.788/01 instituiu o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, e estabeleceu que o seu fornecimento é de responsabilidade do Ministério da Previdência Social. A emissão do mencionado certificado foi disciplinada pela Portaria MPS n.º 204/08 e tem por objetivo atestar o cumprimento, pelos entes federativos, dos critérios e exigências estabelecidos na legislação, assim como dos parâmetros e prazos estabelecidos em normas específicas do MPS.

O acompanhamento e supervisão dos RPPS são realizados, no atual organograma do Ministério da Economia, pela Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social (SRPPS), por meio das informações enviadas pelos entes para o Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV, e por auditoria direta e indireta, nos termos da Portaria MPS n.º 204/08.

De acordo com o Certificado de Regularidade Previdenciária, (Peça 164), obtido mediante pesquisa realizada no “site” <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/pesquisarEnteCrp.xhtml>, durante o exercício de 2021 o Município encontrava-se em **situação regular**, tendo o último certificado do exercício em exame sido emitido em 11/08/2021, com validade que se estendeu até 07/02/2022.”

## 6.5 DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Quanto a este tópico, o Corpo Instrutivo traz as seguintes informações, *in verbis*:

“O Poder Executivo **encaminhou** o Relatório de Avaliação Atuarial anual (Peça 105) referente ao Regime Próprio de Previdência Social, realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada.

Conforme evidenciado no relatório, o Município possui um **déficit atuarial**. Diante disso, o Poder Executivo **encaminhou** declaração (Peça 106 – fls. 01/05) informando as medidas que teriam sido adotadas para o equacionamento do referido déficit, acompanhadas do plano de segregação de massas, bem como de outras medidas com vistas a equacionar o aludido déficit.

Ressalta-se, ainda, que o Poder Executivo **encaminhou** declaração (Peça 107), atestando que o órgão de previdência social municipal custeia somente despesas com aposentadoria e pensão por morte, nos termos da Emenda Constitucional n.º 103/2019.”

## 7 LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

### 7.1 DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública do município, apresentada no Demonstrativo da Dívida Consolidada, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Natureza	Fundamentação	Valor – R\$	% sobre a RCL	Limite
----------	---------------	-------------	---------------	--------

Garantias em operações de crédito	Artigo 9º da Resolução n.º 43/01 do Senado Federal	0,00	-	22%
Operações de crédito	Artigo 7º da Resolução n.º 43/01 do Senado Federal	0,00	-	16%
Operações de crédito por antecipação de receita	Artigo 10 da Resolução n.º 43/01 do Senado Federal	0,00	-	7%

Fonte: Processo TCE-RJ n.º 214.462-8/22, RGF – 3º quadrimestre do exercício.

Verifica-se que, em todos os períodos, o Município de Rio Claro **respeitou** o limite previsto no inciso II do artigo 3º da Resolução do Senado Federal nº 40/01 (120% da RCL).

Ressalto, ainda, que o município não realizou operações de crédito e nem houve alienação de ativos no exercício de 2021.

## 7.2 DESPESAS COM PESSOAL

De acordo com a tabela a seguir, os **gastos com pessoal do Poder Executivo** encerraram o exercício de 2021 **dentro do limite** imposto na alínea “b” do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar Federal nº 101/00 (54% da RCL).

Descrição	2020				2021					
	1º quadr.	2º quadr.	3º quadrimestre		1º quadrimestre		2º quadrimestre		3º quadrimestre	
	%	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
<b>Poder Executivo</b>	52,52%	53,58%	55.409.936,32	51,92%	57.019.122,22	53,07%	58.502.210,76	50,84%	62.032.756,14	43,60%

Fonte: Prestação de Contas de Governo do exercício anterior – Processo TCE-RJ n.º 219.405-3/21, e Processos TCE-RJ n.ºs 217.551-4/21, 240.410-1/21 e 214.462-8/22 – Relatórios de Gestão Fiscal do exercício.

## 7.3 GASTOS COM EDUCAÇÃO

Preliminarmente, entendo importante rememorar que este Plenário aprovou a Nota Técnica n.º 05, de 13/04/22, visando orientar os entes jurisdicionados sobre

as premissas a serem observadas quando da análise do cálculo do limite mínimo de aplicação de 25% dos recursos de impostos e transferências de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, a saber:

1. Na apuração do cumprimento do percentual mínimo disposto no art. 212 da Constituição Federal, serão consideradas as despesas liquidadas e efetivamente pagas no exercício, bem como os Restos a Pagar Processados – RPP e os Restos a Pagar Não Processados até o limite da disponibilidade de caixa comprovada, para ambos, em 31/12, oriundas de recursos de impostos e transferências de impostos destinados à educação, acrescidos do valor referente à efetiva aplicação dos recursos do Fundeb;
2. As despesas com merendeiras, nutricionistas e os demais serviços necessários à definição e cumprimento de cardápios oficiais e o preparo dos alimentos fornecidos no ambiente escolar, bem como as despesas com aquisição de eletrodomésticos e utensílios utilizados na escola para fins de processamento/preparação da merenda escolar, podem ser consideradas na base de cálculo que compõe o limite mínimo de 25% da aplicação de recursos de impostos e transferências de impostos na MDE, observando que, em caso de utilização de recursos do Fundeb, as mencionadas despesas somente poderão ser custeadas com a parcela de 30% dos recursos do Fundo;
3. As despesas com higienização e ensino remoto, utilizado em caráter excepcional e como estratégia complementar ao ensino presencial, realizadas com a receita de impostos vinculadas à educação, incluídas as de transferências de impostos, poderão ser consideradas para verificação do cumprimento do percentual mínimo a ser aplicado em MDE previsto no art. 212 da Constituição Federal;
4. As despesas com fornecimento de uniformes para a identificação da criança como estudante, não incluído nas ações de assistência social, serão consideradas nas despesas que compõem a base de cálculo do limite mínimo de aplicação de 25% da receita de impostos e transferências de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE;
5. As Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) poderão entrar no cômputo da aplicação mínima em MDE, com base no art. 35, II, da Lei Federal nº 4.320/64, desde que o Ente comprove, por meio de documentação, quando cabível, e por meio de certificação por parte do responsável do controle interno, sob pena de responsabilização:
  - (i) de que as despesas não foram consideradas em exercícios anteriores;
  - (ii) que atendam aos critérios previstos no art. 37 da Lei Federal n.º 4.320/64; e
  - (iii) que as despesas podem ser qualificadas como despesas em MDE, conforme critérios estabelecidos pelo art. 70 da LDB.
6. No que tange às despesas efetuadas pelo Estado do Rio de Janeiro para formação de professores da rede pública municipal de ensino, de acordo com a previsão contida no art. 2º, XI, da Lei Complementar Estadual nº 196/21, somente poderá ser considerada como gastos em MDE a despesa na formação de professores da rede pública municipal de ensino que se enquadrar dentro dos níveis de atuação prioritária do Estado, conforme art. 211, § 3º, da Constituição Federal de 1988;
7. Os Restos a Pagar pagos, que não possuíam disponibilidade de caixa no exercício anterior, poderão entrar no cômputo da aplicação mínima em MDE do ano em que forem pagos, desde que o Ente comprove, por meio de relatório, quando cabível,

e por meio de certificação por parte do responsável do controle interno, sob pena de responsabilização:

- (i) que as despesas não tenham sido consideradas no exercício anterior;
- (ii) que as despesas possam ser qualificadas como despesas em MDE, conforme critérios estabelecidos pelo art. 70 da LDB;
- (iii) que o valor a ser considerado no cômputo da aplicação mínima em MDE represente a parcela que excede ao montante de RP pago que possuía disponibilidade de caixa em 31/12 do ano anterior;
- (iv) que os restos a pagar pagos no exercício para fins de apuração do limite mínimo aplicado em MDE, cujas despesas não foram consideradas no exercício anterior por falta de disponibilidade financeira, foram pagos com recursos de impostos e transferências de impostos.

Com relação ao repasse de recursos à educação, o *Parquet* fez a seguinte consideração:

**“Em que pese as decisões plenárias, o relatório técnico não trouxe qualquer informação quanto ao cumprimento pelo jurisdicionado da regra disposta no § 5º do art. 69 da Lei Federal nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.”**

Não obstante o apontado pelo Ministério Público de Contas, considerando que tal documentação não constou na relação de documentos que compõem as contas de Governo Municipal - 2021, divulgada conforme Portaria SGE nº 09 de 15.12.2021, por inferir a Secretaria de Controle Externo que tal assunto não mais se figura como ponto de controle a ser abordado em sede de prestação de contas de governo municipal, entendo que, como o município não foi provocado a encaminhar tal documentação no presente processo, resta prejudicada a análise a esse respeito.

Ainda em relação aos gastos com educação, a Especializada apontou a seguinte inconsistência:

- foi identificada divergência, no valor de R\$452.257,43, entre o valor total das despesas evidenciadas no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis e o

valor registrado contabilmente na Função 12 – Educação.

Tal fato será considerado como **RESSALVA** e **DETERMINAÇÃO** em minha conclusão.

### 7.3.1 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Conforme quadro abaixo, constato que o Município aplicou 25,75% (R\$19.861.457,50) das receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, **respeitando**, o mínimo fixado de **25%** (vinte e cinco por cento) estabelecido no artigo 212, da Constituição Federal:

#### DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – EDUCAÇÃO BÁSICA

FONTE DE RECURSOS: IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS			
Modalidades de Ensino	Subfunção	Despesa Paga R\$	RP processados e RP não processados R\$
(a) Ensino fundamental	361 – Ensino fundamental	5.846.857,45	207.738,93
(b) Educação infantil	365 – Ensino infantil	225.105,91	125.590,30
(c ) Educação jovens e adultos (Consideradas no ensino fundamental)	366 – Educação jovens e adultos	0,00	0,00
(d) Educação especial (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	367 – Educação especial	17.219,55	10.121,00
(e) Demais subfunções atípicas (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	122 – Administração	0,00	0,00
	306 – Alimentação	0,00	0,00
	Demais subfunções	63.286,02	0,00
(f) Subfunções típicas da educação registradas em outras funções			

(g) Subtotal das despesas com ensino (a+b+c+d+e+f)	6.152.468,93	343.450,23
(h) Subtotal das despesas com ensino da fonte Impostos e Transferência de Impostos	6.495.919,16	
<b>FONTE DE RECURSOS: FUNDEB</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Despesa Paga R\$</b>	<b>RP processados e RP não processados R\$</b>
(i) Despesa realizadas com a fonte FUNDEB	12.531.540,53	852.900,14
(j) Subtotal das despesas com ensino da fonte FUNDEB	13.384.440,67	
<b>Apuração do mínimo constitucional de aplicação em MDE</b>		
(l) Total das despesas com ensino ( h + j )	19.880.359,83	
(m) Perda de Recursos FUNDEB	505.204,17	
(n) Total das despesas registradas como gasto em educação (l + m)	20.385.564,00	
(o) Dedução do Sigfis (fonte: impostos e transferência de imposto e fundeb)	0,00	
(p) Cancelamento de restos a pagar dos exercícios anteriores (fonte: impostos e transferência de imposto e fundeb)	180.656,27	
(q) Restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa (fonte impostos e transferências)	343.450,23	
(r) Restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa (fonte FUNDEB)	0,00	
(s) Total das despesas consideradas para fins de limite constitucional (n – o – p – q – r)	19.861.457,50	
(t) Receita resultante de impostos	77.118.881,63	
(u) Percentual alcançado (limite mínimo de 25,00% - art. 212 da CF/88) (s / t x 100)	25,75%	

### 7.3.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

No que se refere ao desempenho em face do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, relativo ao exercício de 2019 (sua última divulgação), o município obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS DO IDEB - 2019							
Nota 4ª série/ 5º ano	Meta	Percentual de alcance da meta	Posição em relação aos 91 municípios	Nota 8ª série/ 9º ano	Meta	Percentual de alcance da meta	Posição em relação aos 91 municípios
5.3	6.0	88,33%	65º	4.3	5.1	84,31%	45º

Fonte: Ministério da Educação.

Da análise do quadro anterior, verifica-se que o Município de Rio Claro não atingiu as metas previstas nas etapas referentes à 4ª série/5ano e à 8ª série/9ºano.

Dessa forma, com o intuito de atingir as metas fixadas, faz-se necessário que se estabeleçam procedimentos de planejamento, acompanhamento e controle do desempenho da educação na rede pública de ensino, aprimorando a referida política pública, para que sejam alcançadas as metas do IDEB.

Tal fato será objeto de **RECOMENDAÇÃO** ao final do meu Voto.

### 7.3.3 FUNDEB

O Município, no exercício de 2021, registrou como recursos do FUNDEB o valor de R\$13.410.681,39.

#### 7.3.3.1 APLICAÇÃO MÍNIMA LEGAL (90%)

A Lei Federal n.º 14.113/20 (Nova Lei do Fundeb) estabelece, no seu artigo 25, que os recursos do Fundeb serão utilizados, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública.

Nota-se que, a princípio, devem ser aplicados todos os recursos recebidos no próprio exercício. No entanto, o mesmo artigo da lei permite, em seu § 3º, que até 10% desses recursos sejam utilizados no 1º quadrimestre do exercício seguinte, mediante a abertura de crédito adicional.

Observa-se, no quadro a seguir, que o município utilizou 96,82% dos recursos do FUNDEB de 2021, **obedecendo**, assim, ao disposto no art. 25 da Lei n.º 14.113/20:

CÁLCULO DAS DESPESAS EMPENHADAS COM RECURSOS DO FUNDEB		
Descrição		Valor - R\$
<b>(A) Total da Receita do Fundeb Líquida (Tópico 6.2.1)</b>		<b>13.410.681,39</b>
(B) Total das despesas empenhadas com recursos do Fundeb no exercício	13.384.440,67	
(C) Superávit Financeiro do exercício anterior	400.197,65	
(D) Despesas não consideradas	0,00	
i. Exercício anterior	0,00	
ii. Desvio de finalidade	0,00	
iii. Outras despesas	0,00	
(E) Cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	0,00	
<b>(F) Total das despesas consideradas como gastos do Fundeb no exercício (B - C - D - E)</b>		<b>12.984.243,02</b>
<b>(G) Percentual alcançado (mínimo = 90%) (F/A)</b>		<b>96,82%</b>

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 142, Despesas Empenhadas – Peça 157 (fl. 112), Relatório Analítico Educação – Peça 160, Documento de cancelamentos de restos a pagar – Peças 74 e 75, Transferências STN Fundeb – Peça 165 e Prestação de Contas do exercício anterior – Proc. TCE-RJ nº 219.405-3/21.

**Nota 1:** na linha **c** foi utilizado o maior valor encontrado entre o saldo a empenhar do Fundeb do exercício anterior e o superávit do Fundeb apresentado pelo município no exercício anterior.

**Nota 2:** recursos recebidos a título do FUNDEB considerando a dedução da receita de complementação da União.

Nota-se, ainda, na tabela acima, que a conta FUNDEB registrou ao final do exercício de 2020 um superávit financeiro de R\$400.197,65, e segundo análise realizada pela Especializada, nenhum valor foi utilizado no exercício de 2021, por meio da abertura de crédito adicional, em

desacordo, portanto, com a regra em vigor à época insculpida no § 2º, artigo 21, da Lei Federal n.º 11.494/07, revogada pela Lei Federal n.º 14.113/20, de 25/12/2020 (Nova Lei do FUNDEB).

Tal fato será objeto de **RESSALVA** e **DETERMINAÇÃO** em minha conclusão.

### 7.3.3.2 PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (70%)

De acordo com a tabela abaixo, o Município de Rio Claro aplicou 83,43% dos recursos do FUNDEB no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica, **cumprindo**, assim, o limite mínimo estabelecido no artigo 26 da Lei Federal n.º 14.113/20 c/c a Lei Federal n.º 14.276/21.

PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
(A) Total da Receita do Fundeb Líquida (Tópico 6.2.1)	13.410.681,39
(B) Total registrado como pagamento dos profissionais da educação básica	11.188.903,14
(C) Dedução do Sigfis relativo aos profissionais da educação básica	0,00
(D) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores	0,00
(E) Total apurado referente ao pagamento dos profissionais da educação básica (B – C - D)	11.188.903,14
(F) Percentual do Fundeb na remuneração dos profissionais da educação básica (mínimo 70,00% - artigo 26 da Lei 14.113/20) (E/A)x100	83,43%

Fonte: despesas realizadas com Fundeb – Peça 157 (fls. 111/112), documentação comprobatória - fonte de recursos – Fundeb - Peça 59 (fls. 02/22), Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 142, Relatório Analítico Educação – Peça 160, Documento de cancelamentos de restos a pagar – Peça 75 e Transferências STN Fundeb – Peça 165.

**Nota 1:** os montantes dos recursos apurados já contemplam as respectivas aplicações financeiras.

**Nota 2:** cumpre registrar que foram detectadas inconsistências no total das despesas liquidadas e pagas do Fundeb registrado no MODELO 12, Peça 157 (fl. 112), em relação ao total registrado nos Modelos 11.B E 11.C, Despesas Liquidadas e Pagas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - função 12 na fonte de recursos – Fundeb, Peça 157, fls.102/105. Entretanto, quanto às despesas empenhadas, verifica-se que os valores registrados guardam consonância com o Modelo 11.A, respaldada pela documentação comprobatória apresentada na Peça 59, fls. 02/22, que discrimina as despesas na remuneração de profissionais da educação básica (70%), consideradas no quadro acima, e Outras Despesas (30%), não influenciando na presente análise.

### 7.3.3.3 DA APLICAÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT

Com relação a este tópico, a Especializada assim se posicionou:

“Do total dos recursos recebidos da complementação da união VAAT o município deve aplicar, no mínimo, 15% em despesa de capital, e destinar à educação infantil a proporção de 50%, conforme determinam os artigos 27 e 28 da Lei Federal n.º 14.113/20.

Conforme consulta efetuada ao site da Secretaria do Tesouro Nacional, o Município **não** recebeu recursos de complementação da União nessa modalidade no exercício de 2021.”

Em consulta ao sítio do SICONFI, verifica-se que o município de Rio Claro não se encontra em situação de inabilitação.

### 7.3.3.4 RESULTADO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (2022)

A Especializada, em sua análise inicial, assim se manifestou:

RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDEB	
Descrição	Valor - R\$
(A) Déficit na conta Fundeb em 31/12/2021	-1.654.044,40
(B) Saldo a empenhar no exercício seguinte	426.438,37
(C) Resultado apurado (A - B)	-2.080.482,77

Fonte: Balancete contábil do Fundeb – Peça 69, documentação comprobatória do total das despesas Liquidadas e Pagas - fonte de recursos Fundeb – Peças 60/61, e quadro anterior.

**Nota:** cumpre destacar que houve ajuste no Balancete Contábil do Fundeb devido a inconsistências no registro do passivo financeiro em relação à respectiva documentação contábil comprobatória apresentada, conforme apurado no Tópico 6.1.3.2 ‘Das Despesas Realizadas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino’

Conforme verificado, a conta Fundeb apresentou, em 31 de dezembro, saldo insuficiente para cobrir o montante dos recursos do Fundo não aplicados no exercício e que, com fulcro no § 3º, art. 25, da Lei n.º 14.113/20 (Nova Lei do Fundeb) deverão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

A constatação de indisponibilidade financeira de recursos do Fundeb ao final do exercício configura falha grave em razão do descontrole na movimentação financeira e da ausência de prestação de contas dos recursos do Fundo no exercício, não atendendo, dessa forma, ao disposto no art. 25 c/c o art. 29, inciso I, ambos da Lei Federal n.º 14.113/20.

Esse fato será objeto de **Irregularidade e Determinação n.º 1**.

Adicionalmente, o montante de **R\$ 2.080.482,77** deverá ser ressarcido à conta do Fundeb, seja para restituir a parcela de recursos do Fundo para a qual não houve a comprovação de sua efetiva aplicação no exercício (R\$ 426.438,37), seja para se resgatar o equilíbrio financeiro da conta (R\$ 1.654.044,40) que não deve apresentar saldo negativo, posto que gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino que excedam as disponibilidade do Fundeb devem ser empenhados com fonte ordinária de recursos.

Tal fato será objeto de **Comunicação** ao responsável pelo Controle Interno do Município, para que comprove, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o efetivo ressarcimento do recurso à conta do Fundeb, alertando-o, desde já, de que o não atendimento autoriza, a juízo de critérios de oportunidade, materialidade e seletividade das fiscalizações no âmbito da Secretaria-Geral de Controle Externo, a abertura de processo de Procedimento Autônomo para apuração de responsabilidades.

O *Parquet* de Contas, por sua vez, também acompanhou a sugestão de irregularidade.

O responsável pelas contas apresentou razões de defesa, tendo sido analisada pelo Corpo Instrutivo, conforme a seguir transcrito:

**“Manifestação Escrita:** (Peças 180 – fls. 01/03 e 181- fls 01/06)

O responsável alega que em decorrência da instalação de um novo Sistema de contabilidade pública e por não estar familiarizado com as suas funcionalidades, o Departamento de Contabilidade teria preenchido de forma equivocada os relatórios do Fundeb e do MDE no que se refere às despesas pagas (Modelo 11.C) e que ao invés de constarem pelo seu valor bruto foram incluídas no sistema e-TCERJ pelo seu valor líquido sem as retenções da folha de pagamento.

Nesta toada, o jurisdicionado afirma que o resultado do Fundeb seria superavitário e encaminha novas documentações comprobatórias (Peças 181 a 184) com o intuito de comprovar a inexistência da irregularidade apontada pelo Corpo Instrutivo.

**Análise:**

Verifica-se que os argumentos do jurisdicionado merecem prosperar, considerando que foram remetidas a esta Corte de Contas novas documentações comprobatórias (Peças 181 a 183), incluindo a retificação do Modelo 11.C relativo à demonstração das despesas pagas na educação, fato que ensejará a revisão da irregularidade em tela consignada no Tópico 6.2.3.3.3 da instrução preliminar (Peça 171, fls. 34/35), bem como o reexame dos Tópicos 6.1.2 e 6.1.3.2 relativos à apuração das despesas realizadas na manutenção em desenvolvimento do ensino – MDE (Peça 171, fls. 20/27), conforme a seguir:

(...)"

O *Parquet* de Contas também acompanhou a análise do Corpo Instrutivo, afastando a irregularidade inicialmente sugerida.

Considerando que o responsável, em suas razões de defesa, comprovou, através de nova documentação trazida aos autos, que a irregularidade se deu em virtude de um preenchimento incorreto do modelo 11.C, já retificado, acompanho as conclusões do Corpo Instrutivo e do Parquet e afasto a irregularidade inicialmente apontada.

Cabe, ainda, destacar que o parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (Peça 76), sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo concluiu pela aprovação, conforme previsto no parágrafo único do artigo 31 c/c o inciso I, § 2º, do artigo 33 da Lei Federal n.º 14.113/20.

#### 7.4 GASTOS COM SAÚDE

Da análise do quadro a seguir, verifica-se que o município aplicou 29,75% das receitas de impostos e transferências de impostos em ações e serviços públicos de saúde, **cumprindo** o estabelecido no artigo 7º da Lei Complementar nº 141/12 (aplicação mínima de 15%):

DESCRIÇÃO	Valor - R\$
<b>RECEITAS</b>	
(A) Receitas de impostos e transferências (conforme quadro da educação)	77.118.881,63
(B) Dedução da parcela do FPM (art. 159, I, "d" e "e")	1.561.034,98
(C) Dedução do IOF-Ouro	0,00
<b>(D) Total das receitas</b> (base de cálculo da saúde) <b>(A-B-C)</b>	<b>75.557.846,65</b>

DESPESAS COM SAÚDE	
(E) Despesas pagas custeadas com recursos de impostos e transf. de impostos	22.481.254,84
(F) Restos a pagar processado e não processados, relativos aos recursos de impostos e transf. de impostos, com disponibilidade de caixa	0,00
(G) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores com disponibilidade financeira naquele exercício	0,00
(H) Total das despesas consideradas = (E+F-G)	22.481.254,84
(I) Percentual das receitas aplicado em gastos com saúde (H/D) mínimo 15%	29,75%
(J) Valor referente à parcela que deixou de ser aplicada em ASPS no exercício	0,00

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 142, quadro anterior, Documento de cancelamento de RP na fonte "Impostos e Transferências de Impostos" – Peça 87 e Relatório Analítico Saúde – Peça 161 e Documentos de arrecadação do FPM de julho e dezembro – Peças 162 e 163.

**Nota:** as Emendas Constitucionais n.ºs 55 e 84 estabeleceram um aumento de 1% no repasse do FPM (alíneas "d" e "e", inciso I, artigo 159 da CRFB), a serem creditados nos primeiros decêndios dos meses de julho e dezembro de cada exercício. De acordo com comunicado da STN, os créditos ocorreram nos dias 08/07/2021 e 09/12/2021. No entanto, esta receita não compõe a base de cálculo da saúde, prevista no artigo 198, § 2º, inciso III da CRFB, da mesma forma que o IOF-Ouro.

Destaco, ainda, que o Conselho Municipal de Saúde, em seu parecer constante à Peça 88, opinou pela aprovação quanto à aplicação dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, na forma do artigo 33 da Lei n.º 8.080/90, c/c § 1º, artigo 36, da Lei Complementar n.º 141/12.

## 7.5 REPASSE FINANCEIRO PARA O LEGISLATIVO

### 7.5.1 VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (ART. 29-A, § 2º, INCISO I)

No demonstrativo a seguir, é evidenciado que o limite de repasse do Executivo para o Legislativo, conforme dispõe o art. 29-A, §2º, inciso I, da Constituição Federal, **foi respeitado**.

Limite de repasse permitido Art. 29-A (A)	Repasse recebido (B)	Valor devolvido ao poder executivo (C)	Repasse recebido abaixo do limite (D) = (B - C)
4.218.621,94	4.129.962,53	207,52	4.129.755,01

Fonte: Balanço Financeiro da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 34, e comprovante de devolução de duodécimos à Prefeitura – Peça 109.

## 7.5.2 VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ORÇAMENTO FINAL DA CÂMARA (ART. 29-A, § 2º, INCISO III)

Limite de repasse permitido Art. 29-A (A)	Orçamento final da Câmara (B)	Repasse recebido (C)	Valor devolvido ao Poder Executivo (D)	Repasse apurado após devolução (E) = (C) – (D)	Despesa Empenhada pela Câmara (F)
4.218.621,94	4.129.962,53	4.129.962,53	207,52	4.129.755,01	4.129.755,01

Fonte: Balanço Financeiro da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 34, Balanço Orçamentário da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 33 e comprovante de devolução de duodécimos à Prefeitura – Peça 109.

No demonstrativo acima, é evidenciado que o valor repassado à Câmara, **observou** o previsto no inciso III, § 2º, do artigo 29-A da Constituição Federal.

## 8 DEMAIS ASPECTOS RELEVANTES

### 8.1 ROYALTIES

Em conformidade com a Lei Federal n.º 7.990, de 28.12.89, alterada pela Lei Federal n.º 12.858/13, é vedada a aplicação dos recursos provenientes de *royalties* no quadro permanente de pessoal e no pagamento da dívida, excetuando-se o pagamento da dívida com a União.

Os recursos provenientes de *royalties* também podem ser utilizados para

capitalização de fundos de previdência, conforme a Lei Federal nº 10.195/01.

### 8.1.1 RECEITAS

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos recursos dos *royalties* no exercício de 2021:

#### RECEITAS DE ROYALTIES

Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
<b>I – Transferência da União</b>			<b>16.366.038,16</b>
Compensação financeira de recursos hídricos		132.881,45	
Compensação financeira de recursos minerais		6.800,48	
Compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto e gás natural		<b>16.226.356,23</b>	
Royalties pela produção (até 5% da produção)	15.860.810,05		
Royalties pelo excedente da produção	0,00		
Participação especial	0,00		
Fundo especial do petróleo	365.546,18		
<b>II – Transferência do Estado</b>			<b>4.277.240,21</b>
<b>III – Outras compensações financeiras</b>			<b>0,00</b>
<b>IV - Subtotal</b>			<b>20.643.278,37</b>
<b>V – Aplicações financeiras</b>			<b>16.845,47</b>
<b>VI – Total das receitas ( IV + V )</b>			<b>20.660.123,84</b>

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal nº 4.320/64 – Peça 142.

**Nota:** o valor da receita total consignado no quadro acima não contempla eventuais valores arrecadados decorrentes de *royalties* recebidos a título de cessão onerosa previsto na Lei Federal nº 13.885/19.

### 8.1.2 DESPESAS

O demonstrativo, a seguir, evidencia as despesas custeadas com recursos da compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto, gás natural e

recursos hídricos:

DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DOS ROYALTIES		
Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$
<b>I - Despesas correntes</b>		<b>11.777.094,39</b>
Pessoal e encargos	2.371.374,92	
Juros e encargos da dívida	0,00	
Outras despesas correntes	9.405.719,47	
<b>II - Despesas de capital</b>		<b>5.931.977,83</b>
Investimentos	5.931.977,83	
Amortização de dívida	0,00	
Outras despesas de capital	0,00	
<b>III - Total das despesas ( I + II )</b>		<b>17.709.072,22</b>

Fonte: Quadro - Total das Despesas na fonte de Recurso dos *Royalties* por Grupo de Natureza de Despesa Peça 157, fl. 132.

Conforme quadro acima, observa-se que o Município de Rio Claro aplicou recursos provenientes dos *royalties* em despesas de pessoal.

Todavia, conforme quadro abaixo, verifica-se que o Município **não** aplicou recursos de *royalties* em pagamento de pessoal não excetuadas pela Lei Federal n.º 7.990/89, alterada pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13:

Pagamento realizado no quadro permanente de pessoal (A)	2.371.374,92
Exceção:	
Pagamento de contribuição patronal ao RPPS – Processo TCE-RJ n.º 209.143-9/06 (B)	2.371.374,92
Total de pagamento realizado com pessoal em desacordo ao art. 8º Lei 7990/89 (C) = (A) – (B)	0,00

### 8.1.3 DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS *ROYALTIES* CONFORME LEI FEDERAL Nº 12.858/13

Conforme dispõe a Lei Federal nº 12.858, de 09 de setembro de 2013, das receitas provenientes dos *royalties* e participações especiais oriundos de contratos de exploração de petróleo assinados a partir de 03 de dezembro de 2012, deverão ser aplicadas 75% na área de educação e 25% na área de saúde, sendo tais recursos aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Da análise do quadro a seguir, verifica-se que o município aplicou 9,39% dos recursos dos *royalties* previstos na Lei Federal nº 12.858/2013 na saúde e nada na educação, **não atendendo integralmente** o estabelecido no § 3º, artigo 2º, da referida lei:

Aplicação de Recursos dos <i>Royalties</i> Pré-Sal	
Descrição	Valor
Recursos Recebidos dos <i>Royalties</i> Previstos na Lei Federal nº 12.858/2013	751.000,94
Aplicação Mínima na Saúde – 25%	187.750,24
Aplicação de Recursos na Saúde	70.547,23
% aplicado em Saúde	9,39%
Saldo a aplicar	117.203,01
Aplicação Mínima na Educação – 75%	563.250,71
Aplicação de Recursos na Educação	0,00
% aplicado em Educação	0,00%
Saldo a aplicar	563.250,71

Fonte: Modelo 21 - *Royalties* Lei nº 12.858/13, Peça 157 (fl.138) e Modelo 21 em PDF (peça 104).

**Nota:** o demonstrativo constante da Peça 157 (fl.138), não evidencia os recursos recebidos dos *Royalties* do Petróleo previsto na Lei nº 12.588/13 (recursos do Pré-sal), razão pelo qual utilizamos também Modelo 21 em PDF.

Com relação a este fato, a Especializada assim se posicionou:

“Como demonstrado, o Poder Executivo aplicou **9,39%** dos recursos dos *royalties* previstos na Lei Federal n.º 12.858/13 na saúde e **nenhuma parcela** na educação, **não atendendo integralmente** ao disposto no § 3º, artigo 2º da mencionada legislação.

No entanto, considerando que a aplicação dos recursos ficou restrita às destinações previstas na legislação, ficando o saldo remanescente a ser aplicado no exercício seguinte, tal fato será objeto da **Impropriedade e Determinação n.º 4.**”

Destaco, ainda, que, na Prestação de Contas de Governo do município referente ao exercício anterior, o Plenário desta Corte determinou que o jurisdicionado aplicasse, além dos recursos recebidos no exercício, os valores não aplicados no exercício de 2020.

Ressalto que tal determinação foi descumprida em 2021, posto que o município nada aplicou no presente exercício dos recursos dos *royalties* previstos na Lei Federal n.º 12.858/13 recebidos no exercício de 2020.

Isto posto, a seguir apresento a consolidação dos valores acumulados devidos de aplicação nos dois últimos exercícios (2020 e 2021):

Saldos a Aplicar dos Recursos Recebidos dos <i>Royalties</i> Previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013		
Exercícios	Saúde (R\$)	Educação (R\$)
2020	67.473,00	0,00
2021	117.203,01	563.250,71
Total	184.676,01	563.250,71
Total geral não aplicado	747.926,72	

A fim de se manter a harmonia das decisões plenárias acerca do tema, tendo em vista que até então este Plenário tem acompanhado o entendimento do Corpo Instrutivo em tratar a aplicação parcial dos recursos dos *royalties* previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 como ressalva,

acompanho a sugestão da Especializada e tratarei tal fato como **RESSALVA** em minha conclusão, incluindo uma **DETERMINAÇÃO** para que, em 2022, sejam aplicados os recursos dos royalties recebidos no exercício, na proporção de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e 25% (vinte e cinco por cento) na área de saúde, conforme § 3º, artigo 2º da Lei Federal n.º 12.858/2013, acrescidos dos valores não aplicados nos exercícios de 2020 e 2021 (R\$184.676,01 na saúde e R\$563.250,71 na educação).

Ressalto, por fim, que este Tribunal, em sessão de 13.07.2022, nos autos do Processo TCE-RJ n.º 209.516-6/21, revogou a tese fixada nos autos do processo TCE-RJ n.º 209.143-9/06 e firmou novo entendimento acerca da utilização de recursos provenientes de repasses de *royalties* de petróleo para pagamento de despesas com pessoal e previdenciárias, tais como: aporte, alíquota complementar, parcelamentos e alíquota patronal, nos seguintes termos:

**“2.1.** excetuada a hipótese prevista no art. 8º, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 7.990/89, as despesas de pessoal com servidores efetivos, cargos em comissão, agentes políticos e prestadores de serviços terceirizados, que tenham por objetivo substituir servidores, incluídas as contribuições previdenciárias patronais, são consideradas como despesas com quadro permanente de pessoal e não podem ser custeadas com os recursos das compensações financeiras previstas na Lei Federal n.º 7.990/89.

**2.2.** As compensações financeiras podem ser utilizadas para aportes ao fundo de previdência, visando à sua capitalização e equacionamento do déficit atuarial, nos moldes do previsto na Lei nº 7.990/89, art. 8º, § 2º, devendo cumprir as condições previstas no artigo 1º da Portaria MPS n.º 746/2011, especialmente quanto à aplicação dos recursos advindos dos aportes para cobertura de déficit atuarial pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

**2.3.** Excetuada a hipótese prevista no art. 8º, § 1º, inciso II, da Lei Federal n.º 7.990/89, as compensações financeiras não podem ser utilizadas para custeio de contribuição suplementar instituída em plano de equacionamento de déficit atuarial por serem consideradas um encargo social, conforme dispõe o art. 18, *caput*, da LRF, ostentando, portanto, natureza de despesa com pessoal, e incidindo, portanto, a vedação contida na Lei nº 7.990/89, art. 8º, *caput*.

**2.4.** As compensações financeiras não podem ser utilizadas para pagamento de dívidas decorrentes do não recolhimento de contribuições patronais, sob pena de violação ao comando previsto no art. 8º, *caput*, da Lei 7.990/89, que veda a utilização das mesmas para pagamento de dívidas e despesas com pessoal.”

Com relação a este tema, ressalto que, na sessão plenária realizada em 05 de outubro de 2022, o ilustrado Colegiado deste Órgão Constitucional de Controle Externo, acolhendo os termos constantes do voto do Exmo. Conselheiro Substituto Relator Marcelo Verdini Maia, nos autos do Processo TCE-RJ n.º 208.708-6/22, referente à Prestação de Contas de Governo (exercício de 2021) do município de Cabo Frio, decidiu pela Comunicação a todos os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais jurisdicionados deste Tribunal, dando-lhes ciência da decisão proferida nos autos do processo TCE-RJ n.º 209.516-6/21, bem como que a nova metodologia passaria a ser considerada apenas a partir das Contas de Governo relativas ao exercício de 2024, a serem encaminhadas no exercício de 2025.

Considerando a relevância da matéria, entendo importante reiterar, na conclusão do meu voto, a **COMUNICAÇÃO** alertando o gestor quanto à mudança de metodologia mencionada acima.

## **8.2 TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL**

O *Parquet* se manifestou quanto à Transparência da Gestão Fiscal da seguinte forma:

“Em consulta ao sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Rio Claro (<https://rioclaro-rj.portaltcp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=61>), constatou-se que as prestações de contas anuais do Chefe do Poder Executivo NÃO se encontram disponíveis para consulta no portal da transparência, mas, tão somente o relatório analítico e parecer prévio deste Tribunal (contas de governo) referente às contas de 2019 e 2020.

Portanto, o município não está cumprindo as obrigações estabelecidas na legislação pertinente à matéria.

Não foi atendido, outrossim, o disposto no artigo 126 da Constituição Estadual e na forma do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00, fato que deve ser qualificado como impropriedade acompanhada de determinação neste parecer.”

---

Com relação a este item, corroboro o entendimento do Ministério Público de Contas e faço constar tal fato como **RESSALVA** e **DETERMINAÇÃO** em minha conclusão.

### **8.3 ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL - IEGM**

A esse respeito, a Especializada assim se posicionou:

“A Deliberação TCE-RJ n.º 271/17 estabeleceu normas relativas à apuração do IEGM por parte desta Corte de Contas, devendo os órgãos executivos dos entes sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, responder, em caráter obrigatório, aos questionários para a apuração do índice.

Conforme o art. 2º da supracitada deliberação, as respostas aos quesitos passíveis de comprovação com evidências deverão ser validadas pelo responsável pelo órgão central de controle interno, em observância ao disposto no art. 53, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 63/90, mediante a emissão de certificado.

O Certificado de Validação de que trata o art. 2º da Deliberação TCE-RJ n.º 271/17, Peça 111, no qual o responsável pelo órgão de Controle Interno, após proceder ao exame dos quesitos presentes no questionário para apuração do índice de efetividade da gestão pública e à análise da adequação entre as respostas apresentadas e as respectivas evidências, certificou que as respostas são suficientes, relevantes, válidas e confiáveis para subsidiar a elaboração do referido índice.”

### **8.4 EDITAIS**

Considerando os dados apresentados pelo SIGFIS, a Especializada constatou que o município apresentou 29 (vinte e nove) editais de forma intempestiva e que, 17 (dezessete) desses editais foram encaminhados após a realização do certame, fato que mitigou eventual ação de controle.

Tal fato será objeto de **COMUNICAÇÃO** em minha conclusão.

## **8.5 CONCESSÃO**

Com relação a este item, o Corpo Técnico assim se pronunciou:

“A Constituição Federal estabelece que o poder público tem a incumbência da prestação de serviços públicos, seja de forma direta ou indiretamente por meio de concessões ou permissões, conforme previsão do artigo 175.

A Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, veio para atender ao mandamento constitucional do art. 175, dispondo sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos e estabelece regras para definir o serviço adequado, os direitos e obrigações dos usuários dentre outras disposições.

Já no ano de 2004, foi sancionada e publicada a Lei Geral das Parcerias Público Privadas (PPP), Lei Federal n.º 11.079, que regula as parcerias públicas para projetos nos quais haverá participação do poder público. Na PPP, a remuneração do parceiro privado é proveniente, parcial ou totalmente, de aportes financeiros realizados pelo poder público.

Ressalta-se que os contratos firmados no âmbito das concessões e PPPs são de longa duração, envolvem vultosos recursos, possuem elevada relevância social, bem como podem sofrer revisões ao longo da sua duração.

Dado a importância do tema, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ao elaborar as diretrizes de gestão para o Biênio 2021/2022, definiu quatro pressupostos básicos de gestão, dentre esses, o pressuposto básico número 1 trata da *“ênfase na fiscalização, por meio de Auditorias Governamentais, organizadas por políticas públicas, com prioridade no Controle Externo da Regulação de serviços público”*.

Nesse sentido, para o adequado planejamento das ações de controle voltadas para as atividades de regulação e prestação de serviços públicos, faz-se necessário que a base de dados do Sistema Integrado de Gestão Fiscal deste Tribunal garanta a atualidade, integridade e fidelidade das informações prestadas por todos os jurisdicionados municipais referentes aos contratos de concessões e PPPs. Desse modo, o TCE-RJ solicitou aos municípios o preenchimento do Modelo 27, anexo que compõe as contas de governo de 2021, divulgada conforme Portaria SGE n.º 09, de 15/12/2021.

De acordo com o apresentado pelo município, no exercício de 2021, existia 01 concessão vigente. Entretanto, como a vigência da contratação já se encerrou, não se exige seu lançamento no módulo de concessões do Sigfis, conforme Deliberação TCE-RJ n.º 281/2017. Portanto, o município encontra-se regular quanto às informações prestadas por meio do Modelo 27 (Peça 113).”

## 9 CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal traz determinação quanto à necessidade de implantação do Controle Interno pelos Poderes Federados, o qual tem as suas atribuições básicas definidas no artigo 74 desse diploma normativo.

O Corpo Instrutivo, em sua análise quanto a este tópico, discorre sobre a importância, as competências, a finalidade e os deveres dos Sistemas de Controle Interno, e sugere, ao fim, a **comunicação** do responsável pelo setor, para que o mesmo tome ciência do exame realizado, adotando as providências que se fizerem necessárias, a fim de elidir as falhas detectadas, informando, no relatório de auditoria do próximo exercício, quais foram as medidas adotadas.

Ratifico a sugestão da especializada, fazendo constar tal **COMUNICAÇÃO** em meu Voto.

Com relação ao Relatório de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCE pelo Controle Interno, a Especializada assim se pronunciou:

Em relação às determinações exaradas por esta Corte de Contas na última prestação de Contas de Governo, o referido relatório apresentou a seguinte situação:

Situação	Quant.	% em relação ao total
Cumprida	4	33,00%
Cumprida parcialmente	8	67,00%
Não cumprida	0	00,00%
Cumprimento dispensado	0	00,00%
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Relatório de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCE-RJ pelo Controle Interno – Peça 152.

---

Com relação ao Certificado de Auditoria expedido pelo órgão central de controle interno do Município de Rio Claro sobre as contas em tela, a Especializada traçou o seguinte relato:

“O Certificado de Auditoria emitido pelo órgão central de controle interno, peça 127, opina expressamente pela Regularidade das Contas do chefe de Governo do Município.”

## **10      CONCLUSÃO**

A Prestação de Contas apresentada corresponde aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstrativo das Variações Patrimoniais, que tratam da situação do Patrimônio do Município e do aspecto dinâmico das referidas contas.

**CONSIDERANDO**, com fulcro no artigo 125, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, estar incluída na competência desta Corte a emissão de Parecer Prévio sobre as contas dos municípios e sugerir as medidas convenientes para a final apreciação da Câmara Municipal;

**CONSIDERANDO** que o Parecer Prévio do Tribunal de Contas deve refletir a análise técnica das Contas examinadas, estando o julgamento das mesmas sujeito às Câmaras Municipais;

**CONSIDERANDO** que, nos termos da legislação em vigor, o Parecer Prévio e o subsequente julgamento da Câmara dos Vereadores não eximem as responsabilidades de ordenadores e ratificadores de despesas, bem como de pessoas que geriram numerários, valores e bens municipais, os quais, sob a jurisdição desta Corte, estão sendo e/ou serão objeto de fiscalização e julgamento

---

por este Tribunal de Contas;

**CONSIDERANDO** que, no exercício de 2021, o Município aplicou o equivalente a 25,75% das receitas de impostos e transferências de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, atendendo, assim, ao disposto no artigo 212 da CRFB;

**CONSIDERANDO** que o Município aplicou o correspondente a 83,43% da receita do FUNDEB no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica, sendo, portanto, superior aos 70% estabelecidos no artigo 26 da Lei Federal nº 14.113/20 c/c a Lei Federal nº 14.276/21;

**CONSIDERANDO** que o Município aplicou o equivalente a 96,82% dos recursos do FUNDEB de 2021, sendo, por conseguinte, superior aos 90% estabelecidos no artigo 25 da Lei Federal nº 14.113/20;

**CONSIDERANDO** que, nas ações e serviços públicos de saúde, o Município aplicou o equivalente a 29,75% dos recursos oriundos da arrecadação dos impostos, sendo, portanto, superior aos 15% estabelecidos no artigo 7º da Lei Complementar nº 141/12;

**CONSIDERANDO** que os gastos com pessoal se encontram dentro limite estabelecido no artigo 20 da Lei Complementar Federal nº 101/00;

Posiciono-me **parcialmente de acordo** com o Corpo Instrutivo e com o parecer do Ministério Público Especial junto ao TCE-RJ, e

---

## **VOTO:**

I – Pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação, pela Câmara Municipal, das Contas do Chefe do Poder Executivo do **Município de Rio Claro, Sr. José Osmar de Almeida**, referentes ao **Exercício de 2021**, com as seguintes **RESSALVAS, DETERMINAÇÕES e RECOMENDAÇÕES**:

### **RESSALVAS E DETERMINAÇÕES**

#### **RESSALVA Nº 1**

Divergência entre o saldo do patrimônio líquido apurado na presente prestação de contas e o registrado no Balanço Patrimonial Consolidado.

#### **DETERMINAÇÃO Nº 1**

Observar o correto registro contábil da movimentação patrimonial, em atendimento à Portaria STN n.º 634/13 c/c Portaria STN n.º 840/16.

#### **RESSALVA N.º 2**

O valor total das despesas na Função 12 – Educação, evidenciadas no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis, diverge do registrado pela contabilidade do Município.

#### **DETERMINAÇÃO N.º 2**

---

Envidar esforços no sentido de disponibilizar todas as informações que permitam a verificação do cumprimento do limite mínimo de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, inclusive com o correto e integral lançamento dos respectivos dados no Sigfis – Módulo Informes Mensais, em conformidade com a Deliberação TCE-RJ n.º 281/17.

### **RESSALVA N.º 3**

O Município utilizou o saldo do Fundeb remanescente do exercício anterior, porém sem a abertura de crédito adicional, em desacordo com o previsto no § 2º do artigo 21 da Lei Federal n.º 11.494/07, em vigor à época.

### **DETERMINAÇÃO N.º 3**

Observar o disposto no § 3º do artigo 25 da Lei Federal n.º 14.113/20, procedendo à abertura do crédito adicional para a utilização do saldo do Fundeb remanescente do exercício anterior no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente.

### **RESSALVA N.º 4**

O Poder Executivo aplicou 9,39% dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 (recebidos em 2021) na saúde e nada na educação, bem como deixou de aplicar o saldo remanescente do exercício financeiro de 2020, não atendendo o disposto no § 3º, artigo 2º da Lei Federal nº 12.858/13 e às determinações deste TCE-RJ.

---

#### **DETERMINAÇÃO N.º 4**

Observar a correta aplicação dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal nº 12.858/13, devendo ser aplicados em 2022, além dos recursos recebidos neste exercício, os valores não aplicados nos exercícios de 2020 e 2021 na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) na área da saúde, e 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação.

#### **RESSALVA N.º 5**

Ausência de ampla divulgação da documentação da prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo, do Relatório Analítico e respectivo Parecer Prévio deste Tribunal (Contas de Governo), relativas ao exercício financeiro de 2020 e anteriores, em afronta ao disposto no artigo 126 da Constituição Estadual c/c o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00.

#### **DETERMINAÇÃO N.º 5**

Implementar ações, visando ao pleno atendimento às exigências estabelecidas no artigo 126 da Constituição Estadual c/c o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00.

#### **RECOMENDAÇÕES:**

##### **RECOMENDAÇÃO N.º 1**

No que tange à autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, observar os princípios orçamentários aplicáveis ao tema, a fim de que se consignem percentuais autorizativos razoáveis,

---

que permitam ajustes ao longo do exercício orçamentário sem descaracterizar o orçamento inicialmente aprovado.

## **RECOMENDAÇÃO N.º 2**

Para que o Município atente para a necessidade de estabelecer procedimentos de planejamento, acompanhamento e controle de desempenho da educação na rede pública de ensino, aprimorando a referida política pública, para que sejam alcançadas as metas do Ideb.

**II – Pela COMUNICAÇÃO**, com fulcro no artigo 26, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, ao **atual responsável pelo controle interno** da Prefeitura Municipal de **Rio Claro**, para que:

**II.1** tome ciência da decisão deste Tribunal e atue de forma a cumprir adequadamente a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, prevista no artigo 74 da CRFB/88 e no art. 59 da LRF;

**II.2** quanto à necessidade de estabelecer controles no âmbito municipal para que todas as unidades administrativas enviem tempestivamente, via sistema Sigfis, dados de todos os editais celebrados, em atendimento à Deliberação TCE-RJ nº 312/20.

**III - Pela COMUNICAÇÃO**, com fulcro no artigo 26, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, ao atual prefeito Municipal de **Rio Claro**, para que seja **alertado**:

**III.1** quanto à solução dos problemas apurados em sede de auditorias na

---

gestão tributária municipal, tratadas nos tópicos 7.6.2, 7.6.3 e 7.6.4 do relatório do Corpo Instrutivo até o final de seu mandato, bem como o cumprimento dos outros procedimentos considerados imprescindíveis para a gestão fiscal responsável, mencionados no tópico 7.6.5, também do relatório do Corpo Instrutivo, de forma a atender o estabelecido no artigo 11 da LRF e nos termos do artigo 30, III combinados com os incisos XVIII e XXII, do artigo 37, da CF, pois este Tribunal poderá pronunciar-se pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas;

**III.2** quanto à necessidade de estabelecer controles no âmbito municipal para que todas as unidades administrativas enviem tempestivamente, via sistema Sigfis, dados de todos os editais celebrados, em atendimento à Deliberação TCE-RJ nº 312/20;

**III.3** quanto à recente decisão deste Tribunal de 13.07.2022, proferida no bojo do Processo TCE-RJ nº 209.516-6/21, que firmou entendimento desta Corte acerca de novas hipóteses para vedação do custeio de despesas com recursos das compensações financeiras (*royalties*) previstas na Lei Federal nº 7.990/89, assim como da revogação da tese fixada na decisão plenária de 14.12.2006, proferida na consulta tombada sob o Processo TCE-RJ nº 219.143-9/06, como também que a nova metodologia passará a ser considerada a partir das Contas de Governo relativas ao exercício de 2024, a serem encaminhadas no exercício de 2025.

**IV.** Pela **COMUNICAÇÃO**, com fulcro no artigo 26, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, ao Presidente da Câmara Municipal de **Rio Claro**, para que tenha ciência quanto à emissão desse parecer prévio, registrando que a íntegra dos autos se encontra disponível no sítio eletrônico desta Corte;

---

**VI.** Pelo **ARQUIVAMENTO** dos autos.

GCS-2, de de 2023.

**ANDREA SIQUEIRA MARTINS  
CONSELHEIRA SUBSTITUTA**